



RECOMENDAÇÃO

3º OFÍCIO/PRM/STM Nº 6, 18 de dezembro de 2014.

O **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, apresentada pela Procuradora da República que esta subscreve, no uso de suas atribuições institucionais, vem expor e requerer o que segue:

Considerando que cabe ao Ministério Público Federal, como determinado no art. 129, III, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, atuar na proteção e defesa dos interesses sociais e difusos, notadamente a realização do direito constitucional à manutenção dos modos de criar, fazer e viver das comunidades tradicionais (art. 216, II), em consonância com o Estado Pluriétnico albergado pela Constituição;

Considerando ser atribuição do Ministério Público Federal promover o Inquérito Civil e a Ação Civil Pública para a proteção do patrimônio público e social, bem como “expedir recomendações, visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como ao respeito, aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover, fixando prazo razoável para a adoção das providências cabíveis” (art. 129, inciso III, da Constituição Federal e art. 6º, incisos VII, alínea “b”, primeira parte e XX, da Lei Complementar nº 75/93);

Considerando o direito constitucional à propriedade definitiva das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades quilombolas (art. 68 do ADCT);

Considerando que os governos devem adotar medidas em cooperação com os povos interessados para proteger e preservar o meio ambiente dos territórios que eles habitam (art. 7º.4 da Convenção 169 da OIT);

Considerando o *status* normativo supralegal em âmbito interno, em face do precedente (STF, HC 87.585), que determinou a supralegalidade dos tratados de direitos humanos frente à norma infraconstitucional;

Considerando que o art. 13 da Convenção 169/OIT estatui no item 1 que, Ao

aplicarem as disposições desta parte da Convenção, os governos deverão respeitar a importância especial que para as culturas e valores espirituais dos povos interessados possui a sua relação com as terras ou territórios, ou com ambos, segundo os casos, que eles ocupam ou utilizam de alguma maneira e, particularmente, os aspectos coletivos dessa relação;

Considerando o termos da Lei nº 11.516/2007, que atribuiu ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio a missão institucional de gerir, proteger, monitorar e fiscalizar as unidades de conservação instituídas pela União;

Considerando o Decreto nº 98.704/1989, que criou a unidade de conservação Floresta Nacional de Saracá-Taquera, e o Decreto nº 84.018/1979, que criou a unidade de conservação Reserva Biológica do Rio Trombetas, as quais, adjacentes e com gestão unificada, compõem as unidades de conservação federais do rio Trombetas responsáveis pela proteção/preservação de cerca de 800 mil hectares do bioma amazônico;

Considerando que os órgãos ambientais além de responsáveis pela proteção do meio ambiente natural e humano devem igualmente respeitar o texto supralegal da Convenção 169 da OIT, à qual aderiu a UNIÃO;

Considerando que foi instaurado o Inquérito Civil Público nº 1.23.002.000416/2006-51 para acompanhar o processo de titulação do território quilombola das comunidades que habitam a Calha Norte do oeste Paraense, bem como que existem procedimentos de titulação de territórios quilombolas em curso no INCRA, referentes ao Município de Oriximiná (Alto Trombetas – nº 54100.002189/2004-16, Jamari/Último Quilombo e Moura, nº 54100.002185/2004-20, todos com relatórios antropológicos);

Considerando que existe sobreposição entre o território pretendido pelas comunidades quilombolas e unidades de conservação, estas criadas quando as comunidades já habitam a região;

Considerando há anos os procedimentos sobre a sobreposição encontram-se estagnado junto à Câmara de Conciliação da AGU, sem que tenha sido dado qualquer encaminhamento para a solução do caso;

Considerando que as comunidades quilombolas fazem uso, há décadas, dos

castanhais localizados na Reserva Biológica do Trombetas e na Floresta Nacional Saracá-Taquera, extraíndo o recurso natural para a sua sobrevivência e manutenção, e que foi firmado Termo de Compromisso para a exploração desses castanhais, pelas comunidades quilombolas, entre o ICMBio e a ARQMO (Associação dos Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná);

Considerando que o aludido termo expira-se em dezembro de 2014 e, até o presente momento, não houve renovação de seu compromisso, ao mesmo tempo em que não foi apresentada outra solução pelo ICMBio à sobreposição existente;

Considerando que consiste diretriz do Sistema Nacional de Unidades de Conservação a garantia às populações tradicionais cuja subsistência dependa da utilização dos recursos naturais existentes no interior da unidade de conservação, meios de subsistência alternativos ou a justa indenização pelos recursos perdidos (art. 5º, X, da Lei 9985/2000);

Considerando os enunciados aprovados pela Plenária, no II Encontro Temático Quilombola da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, em 09 de outubro de 2014, ora transcritos:

4. Os direitos territoriais dos povos indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais têm fundamento constitucional (art. 215, art. 216 e art. 231 da CF 1988; art. 68 ADCT/CF) e convencional (Convenção nº 169 da OIT). Em termos gerais, a presença desses povos e comunidades tradicionais tem sido fator de contribuição para a proteção do meio ambiente. Nos casos de eventual colisão, as categorias da Lei 9.985 não podem se sobrepor aos referidos direitos territoriais, havendo a necessidade de harmonização entre os direitos em jogo. Nos processos de equacionamento desses conflitos, as comunidades devem ter assegurada a participação livre, informada e igualitária.

Na parte em que possibilita a remoção de comunidades tradicionais, o artigo 42 da Lei 9.985 é inconstitucional, contrariando ainda normas internacionais de hierarquia suprallegal.

5. O uso sustentável de recursos naturais por parte de povos e comunidades tradicionais é assegurado pela Constituição Federal (art. 215 e 216) e pela Convenção nº 169 da OIT (art. 14, 1), dentro e fora de seus territórios.

RESOLVE, nos termos do artigo 6º, XX, da Lei Complementar nº75/93, e do artigo 27, parágrafo único da Lei nº 8.625/93:

1. RECOMENDAR ao Instituto Chico Mendes da Biodiversidade – **ICMBio**, na pessoa do Coordenador Regional do Oeste do Pará e do Chefe da Floresta Nacional Saracá Taquera que oficialize a prorrogação do termo de compromisso que ordena o uso dos castanhais localizados na Reserva Biológica do Rio Trombetas, pelas comunidades quilombolas, firmado junto à ARQMO, até que seja apresentada solução consentânea com as determinações constitucionais quanto à regularização territorial da área em sobreposição ou, que permita o uso dos castanhais, pelas mesmas comunidades, até que o termo de compromisso seja assinado entre as partes.

2. ADVERTIR que o não atendimento sem justificativa da presente recomendação importará na responsabilização e no ajuizamento das medidas judiciais civis e criminais, visando a resguardar os bens ora tutelados, inclusive, com a propositura de apropriada ação civil pública por improbidade administrativa, conforme previsto no artigo 11, II, da Lei nº 8.429/92, consistente no ilícito de retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício.

3. ESTABELECE o prazo de 05 (dias dias) dias, a contar do recebimento desta recomendação, para que o(s) notificado(s) manifeste(m)-se a cerca do acatamento ou não de seus termos e informem a situação atual das tratativas quanto à assinatura do termo de compromisso para uso dos castanhais pelas comunidades quilombolas.

Publique-se e encaminhe-se à autoridade ora recomendada.

Encaminhe-se cópia, ainda, à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, bem como à 6ª Câmara de Coordenação e Revisão.

PUBLIQUE-SE a presente recomendação no portal eletrônico do MPF/PRPA, nos termos do art. 23 da Resolução 87 do CSM PF.

Santarém, 18 de dezembro de 2014.

FABIANA KEYLLA SCHNEIDER
Procuradora da República